

**A ILUSTRÍSSIMO(A) SR.(A) PREGOEIRO(A) E COMISSÃO DE
LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO
PINHAL.**

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO 13/2025

**AMC SAÚDE COMERCIAL HOSPITALAR
LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. ° 33.551.382/0001-09 com sede na Rua
Gumercindo Vieira Rocha, 101 - Centro – Vinhedo/SP vem,
respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, interpor,
tempestivamente,

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

Em face de cláusulas e descritivos totalmente
restritivos à ampla concorrência, ferindo os princípios basilares das
licitações públicas.

I – DOS FATOS

O presente processo tem como objeto o registro de preços para aquisição de cateteres uretrais.

Ocorre que os itens 53, 54, 55 e 56, possuem descritivo direcionado para apenas uma marca no mercado, o que torna a disputa desses itens totalmente direcionada, e sem concorrência.

Vejamos o descritivo dos itens em questão:

Item 53 - CATÉTER URETRAL COM REVESTIMENTO HIDROFÍLICO FEMININO TAMANHO CH 10 - COMPOSTO POR POLIVILPIRROLIDONA (Pvp) E SOLUÇÃO SALINA (Nacl 0,9%) FEMININO, ESTÉRIL, TIPO INTERMITENTE, CONFECCIONADO EM POLIURETANO, ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO. ISENTO DE FALATO. APRESENTANDO ORIFÍCIOS DE DRENAGENS RADIAIS, POLIDOS E LUBRIFICADOS. PRONTO PARA O USO, SEM NECESSIDADE DE ADIÇÃO DE ÁGUA PARA DILUIR A SUBSTÂNCIA LUBRIFICANTE E ACIONAR OU ROMPER QUALQUER TIPO DE DISPOSITIVO COM SUBSTÂNCIA LUBRIFICANTE DE USO ÚNICO. EMBALADO EM ALUMÍNIO PARA PROMOVER BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICO. TAMANHO CH 10.

- APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA
- APRESENTAÇÃO DO R.M.S.
- APRESENTAÇÃO DO C.B.P.F.

Somente a marca Coloplast possui as características e componentes destacados e que não justifica tê-los comparado a outras marcas que existem no mercado, que possuem até tecnologia superior, impedindo-as de participar.

Sugerimos a seguinte descrição para o item em questão:

CATETER URETRAL CH10 HIDROFÍLICO FEMININO, ESTÉRIL, DO TIPO INTERMITENTE, CONFECCIONADO EM POLIURETANO OU POBE, ATÓXICO, HIPOALÉRGICO. APRESENTANDO ORIFÍCIOS DE DRENAGEM, POLIDOS E LUBRIFICADOS. PRONTO PARA USO, USO ÚNICO. EMBALADO DE FORMA A PROMOVER ABERTURA ASSEPTICA.

Quanto ao item 54:

ITEM 54 - CATÉTER URETRAL COM REVESTIMENTO HIDROFÍLICO FEMININO TAMANHO CH 12 - COMPOSTO POR POLIVILPIRROLIDONA (Pvp) E SOLUÇÃO SALINA (Nacl 0,9%) FEMININO, ESTÉRIL, TIPO INTERMITENTE, CONFECCIONADO EM POLIURETANO, ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO. ISENTO DE FTALATO. APRESENTANDO ORIFÍCIOS DE DRENAGENS RADIAIS, POLIDOS E LUBRIFICADOS. PRONTO PARA O USO, SEM NECESSIDADE DE ADIÇÃO DE ÁGUA PARA DILUIR A SUBSTÂNCIA LUBRIFICANTE E ACIONAR OU ROMPER QUALQUER TIPO DE DISPOSITIVO COM SUBSTÂNCIA

LUBRIFICANTE DE USO ÚNICO. EMBALADO EM ALUMÍNIO PARA PROMOVER BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICO. TAMANHO CH 12.

- APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA
- APRESENTAÇÃO DO R.M.S.
- APRESENTAÇÃO DO C.B.P.F.

Somente a marca Coloplast possui as características e componentes destacados e que não justifica tê-los comparado a outras marcas que existem no mercado, que possuem até tecnologia superior, impedindo-as de participar.

Sugerimos a seguinte descrição para o item em questão:

CATETER URETRAL CH12 HIDROFÍLICO FEMININO, ESTÉRIL, DO TIPO INTERMITENTE, CONFECCIONADO EM POLIURETANO OU POBE, ATÓXICO, HIPOALÉRGICO. APRESENTANDO ORIFÍCIOS DE DRENAGEM, POLIDOS E LUBRIFICADOS. PRONTO PARA USO, USO ÚNICO. EMBALADO DE FORMA A PROMOVER ABERTURA ASSEPTICA.

Quanto ao item 55:

ITEM 55 - CATÉTER URETRAL COM REVESTIMENTO HIDROFÍLICO MASCULINO TAMANHO CH 10 - COMPOSTO POR **POLIVILPIRROLIDONA (Pvp) E SOLUÇÃO SALINA (Nacl 0,9%)** MASCULINO, ESTÉRIL, TIPO INTERMITENTE, **CONFECCIONADO EM**

POLIURETANO, ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO. ISENTO DE FTALATO. APRESENTANDO ORIFÍCIOS DE DRENAGENS RADIAIS, POLIDOS E LUBRIFICADOS. PRONTO PARA O USO, **SEM NECESSIDADE DE ADIÇÃO DE ÁGUA PARA DILUIR A SUBSTÂNCIA LUBRIFICANTE E ACIONAR OU ROMPER QUALQUER TIPO DE DISPOSITIVO COM SUBSTÂNCIA LUBRIFICANTE DE USO ÚNICO**. EMBALADO EM ALUMÍNIO PARA PROMOVER BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA. TAMANHO CH 10.

- APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA
- APRESENTAÇÃO DO R.M.S.
- APRESENTAÇÃO DO C.B.P.F.

Somente a marca Coloplast possui as características e componentes destacados e que não justifica tê-los comparado a outras marcas que existem no mercado, que possuem até tecnologia superior, impedindo-as de participar.

Sugerimos a seguinte descrição para o item em questão:

CATETER URETRAL CH10 HIDROFÍLICO MASCULINO, ESTÉRIL, DO TIPO INTERMITENTE, CONFECCIONADO EM POLIURETANO OU POBE, ATÓXICO, HIPOALÉRGICO. APRESENTANDO ORIFÍCIOS DE DRENAGEM, POLIDOS E LUBRIFICADOS. PRONTO PARA USO, USO ÚNICO. EMBALADO DE FORMA A PROMOVER ABERTURA ASSEPTICA.

Quanto ao item 56:

ITEM 56 - CATÉTER URETRAL COM REVESTIMENTO HIDROFÍLICO MASCULINO TAMANHO CH 12 - COMPOSTO POR POLIVILPIRROLIDONA (Pvp) E SOLUÇÃO SALINA (Nacl 0,9%) MASCULINO, ESTÉRIL, TIPO INTERMITENTE, CONFECCIONADO EM POLIURETANO, ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO. ISENTO DE FALATO. APRESENTANDO ORIFÍCIOS DE DRENAGENS RADIAIS, POLIDOS E LUBRIFICADOS. PRONTO PARA O USO, SEM NECESSIDADE DE ADIÇÃO DE ÁGUA PARA DILUIR A SUBSTÂNCIA LUBRIFICANTE E ACIONAR OU ROMPER QUALQUER TIPO DE DISPOSITIVO COM SUBSTÂNCIA LUBRIFICANTE DE USO ÚNICO. EMBALADO EM ALUMÍNIO PARA PROMOVER BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA. TAMANHO CH 12.

- APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA
- APRESENTAÇÃO DO R.M.S.
- APRESENTAÇÃO DO C.B.P.F.

Somente a marca Coloplast possui as características e componentes destacados e que não justifica tê-los comparado a outras marcas que existem no mercado, que possuem até tecnologia superior, impedindo-as de participar.

Sugerimos a seguinte descrição para o item em questão:

CATETER URETRAL CH12 HIDROFÍLICO
MASCULINO, ESTÉRIL, DO TIPO
INTERMITENTE, CONFECCIONADO EM
POLIURETANO OU POBE, ATÓXICO,
HIPOALÉRGICO. APRESENTANDO ORIFÍCIOS
DE DRENAGEM, POLIDOS E LUBRIFICADOS.
PRONTO PARA USO, USO ÚNICO. EMBALADO
DE FORMA A PROMOVER ABERTURA
ASSEPTICA.

Os descritivos alternativos sugeridos, visam ampliar a competitividade do certame, respeitando o princípio da isonomia e garantindo maior economia para a Administração.

As alterações sugeridas não provocam qualquer prejuízo técnico ao tratamento destinado dos produtos. Pelo contrário, ao ampliar a concorrência, permite-se a participação de produtos superiores, com mais tecnologia que poderão ser mais vantajosos para a Administração.

É flagrante a restrição de competição presente no processo, sendo contrária a todas as recomendações do TCU e Ministério Público, e ferindo a lei e os princípios licitatórios, sendo necessário, portanto reformar o edital para que não se desvie da lei e exponha a Administração à condução de um processo maculado.

II – DO DIREITO

A restrição do caráter competitivo no certame é totalmente contrária à lei de licitações e à Constituição Federal.

A Constituição Federal não admite que as licitações contenham cláusulas restritivas à participação dos interessados: art. 37, XXI:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Esta disposição é repetida no art. 9º, I, a, da Lei n. 14.133/21:

“É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) **comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório**, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas; ” (Destaquei)

Como podemos notar do inciso acima transcrito, a norma é bastante abrangente em seu dispositivo, usando nada mais que sete verbos, no infinitivo e conjugados (admitir, prever, incluir, tolerar, comprometer, restringir e frustrar), para coibir quaisquer atividades que tenham por meta direta ou indireta afetar o caráter competitivo do certame licitatório.

Toshio Mukai extrai dessa disposição o princípio da competitividade que:

“Tão essencial na matéria que, se num procedimento licitatório, por obra de conluio, faltar a competição (ou oposição) entre os concorrentes, falecerá a própria licitação, inexistirá o instituto mesmo”. (Cf. O Estatuto Jurídico das Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Saraiva, SP, 1998, p. 16).”

Ora, deve o procedimento possibilitar a disputa e o confronto entre os licitantes, para que a seleção aperfeiçoe-se da melhor forma possível, o que se traduz na seleção mais vantajosa para a Administração Pública.

“Fácil é verificar que, sem a competição, estaria comprometido o próprio princípio da igualdade, já que alguns se beneficiariam à custa do prejuízo de outros”, como bem anota José dos Santos Carvalho Filho CARVALHO FILHO, 2010, p. 227-228.

Mister faz-se ponderar que a disputa se apresenta como fundamental ao procedimento licitatório, sendo que a ausência de competitividade acarreta a revogação do certame

convocatório. Neste sentido, quadra trazer a lume o entendimento cristalizado pelo Superior Tribunal de Justiça, no que concerne ao tema, consoante é extraído do aresto coligido:

Ementa: Recurso Ordinário em Mandado de Segurança. Administrativo. Licitação. Modalidade de pregão eletrônico. Revogação. Ausência de competitividade. Possibilidade. Devido processo legal. Observância. Recurso desprovido. [...] 5. A revogação do certame é ato administrativo, exigindo, portanto, a devida fundamentação e motivação (justo motivo para seu desfazimento), assim como o cumprimento das disposições legais. 6. O art. 49 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê a possibilidade de revogação do procedimento licitatório, em caso de 3 interesse público, "decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta". Por sua vez, o art. 18, caput, do Decreto 3.555/2000, o qual regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, dispõe que "a autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado". 7. No caso em exame, o Governador do Estado do

Paraná revogou o pregão eletrônico, de forma fundamentada e com supedâneo nos referidos dispositivos legais e em parecer da Assessoria Jurídica da Casa Civil, entendendo pela ausência de competitividade no certame, na medida em que houve a participação efetiva de apenas uma empresa, o que impossibilitou a Administração Pública de analisar a melhor oferta e dar cumprimento ao princípio da proposta mais vantajosa. 8. A participação de um único licitante no procedimento licitatório configura falta de competitividade, o que autoriza a revogação do certame. Isso, porque uma das finalidades da licitação é a obtenção da melhor proposta, com mais vantagens e prestações menos onerosas para a Administração, em uma relação de custo-benefício, de modo que deve ser garantida, para tanto, a participação do maior número de competidores possíveis. 9. "Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido" (RMS 23.402/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 2.4.2008). [...] 11. Recurso ordinário desprovido. (Superior Tribunal de Justiça – Primeira Turma/ RMS 23.360/PR/ Relatora: Ministra Denise Arruda/ Julgado em 17.12.2008)."

Neste sentido citamos deliberação do TCU:

“Observe rigorosamente as disposições contidas no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 3º da Lei 8.666/1993, obedecendo aos princípios constitucionais da publicidade, da igualdade, da isonomia e da impessoalidade, de modo a impedir restrições à competitividade. (grifo nosso) Inclusive a restrição de competição configura-se como crime previsto no artigo 90 da Lei 8.666/93: Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação: Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. “

A esse respeito o STJ se posicionou no seguinte sentido:

“Basta à caracterização do delito tipificado no artigo 90 da Lei nº 4 8.666/93 (“Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação: Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa) que o agente frustre ou fraude o caráter competitivo da licitação, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, com o intuito de obter vantagem

decorrente da adjudicação do objeto do certame.” (STJ, HC 45.127/MG, julgado em 25/02/2008).”

Pelo Princípio da Vantajosidade e Economicidade, presume-se como sendo prerrogativa da Administração Pública a congregação do maior número possível de concorrentes, viabilizando agregar preço e qualidade aos serviços, como aspectos que interagem e se complementam, promovendo, desta forma, maior competitividade entre os participantes e opções para o órgão licitante em adequar suas possibilidades e necessidades junto ao serviço licitado. Nesse ínterim, faz-se mister assinalar que o legislador, mediante o art. 9º, I, a, da Lei n. 14.133/21, prescreve, também, a observância do princípio da competitividade, por considerá-lo, sem dúvida, essencial em certames da espécie de que se cogita, porquanto se faltar a competição entre os que deles participam, a própria licitação perderá sua razão de ser, que é a de conseguir para o Poder Público a proposta que lhe seja mais vantajosa.

III – DOS PEDIDOS

Postas estas premissas e expostas as razões de fato e de direito, postula nesta oportunidade:

- a) Se digne Vossas Senhorias receberem o tempestivo pedido de impugnação ao edital, com seu regular efeito, determinando-se o seu imediato processamento;
- b) Seja reformado o descritivo dos itens 53, 54, 55 e 56, conforme alteração sugerida pela impugnante.

c) Seja publicado o edital reformado, para andamento do processo de compras;

d) Caso a Comissão de Licitação entenda em não deferir a presente impugnação, encaminharemos a presente, para apreciação por autoridade hierarquicamente superior.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Vinhedo, 20 de março de 2025.

Adriano Molles Nosé
Representante Legal

